

AUTOMOBILISMO

UFMG PREPARA AÇÃO JUDICIAL PARA IMPEDIR STOCK CAR NO ENTORNO DO MINEIRÃO

MARIANA COSTA

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), prepara uma ação judicial para que a etapa de Belo Horizonte da Stock Car não aconteça no entorno do Mineirão, como previsto, diante dos impactos causados para a instituição. O evento está programado para ocorrer entre 15 a 18 de agosto. Em entrevista ao Estado de Minas, a reitora da UFMG, Sandra Regina Goulart Almeida, ressalta que a instituição não é contra a realização da corrida, mas se opõe a que ela aconteça nas imediações do câmpus. “Entendemos que é um evento que pode trazer benefícios. A nossa enorme surpresa foi justamente a maneira como isso foi conduzido. Nós não fomos procurados, ficamos sabendo primeiramente pela mídia que haveria esse evento em agosto. Depois nós descobrimos que já havia um contrato entre a Prefeitura de Belo Horizonte e os organizadores assinado em 1º de dezembro de 2023 e não fomos comunicados” afirmou.

De acordo com ela, o primeiro contato com os organizadores ocorreu em 16 de janeiro deste ano. “Fizemos uma reunião aqui na UFMG. Nela, eu já tinha um documento da Escola de Veterinária, destacando os impactos que esse evento teria.” Sandra Goulart relata que a diretora de Relações Institucionais da UFMG,

que também é professora do curso de Veterinária, Zélia Lobato, estava presente ao encontro.

“Eles vieram com uma proposta de fazer uma barreira acústica e mencionamos que esse não seria o único impacto. Coloquei nossa avaliação de que lá não seria um lugar adequado para fazermos um evento desta natureza”, frisou.

Ela diz que, na época, não sabia que o contrato já havia sido assinado. “Achei que era uma conversa inicial e disse que essa barreira acústica não era algo que poderia ser feito sem a análise da UFMG, teríamos que avaliar a proposta.”

A reitora fez uma comparação com a experiência durante as tratativas para a Copa do Mundo de 2014. “A UFMG participou de todo o processo, de várias comissões e acordos que foram feitos, fizemos interferências, criticamos algumas coisas, mas fomos ouvidos desde o início.” Ela lembra também que o terreno onde está construído o estádio Mineirão pertence à universidade. “Há muitos anos houve uma cessão para o estado, mas sempre foi acordado que, qualquer coisa a ser feita no Mineirão, a UFMG seria comunicada e haveria a concordância da instituição.”

Outro ponto destacado é um documento feito pela UFMG, em 2012, que conclui que qualquer evento feito na Esplanada inviabilizaria as ações de ensino, pesquisa e extensão da instituição. “A prefeitura tem esse documento.” Segundo Sandra Goulart, nada foi formalizado, até o momento, por parte dos



“Entendemos que é um evento que pode trazer benefícios. A nossa enorme surpresa foi justamente a maneira como isso foi conduzido”

●●●●
SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA
Reitora da UFMG

organizadores. “Apenas recentemente mandaram essa proposta da barreira acústica que está sendo analisada pela nossa equipe.”

Depois de uma entrevista de um dos organizadores afirmando que a UFMG estava de acordo, seria parceira e colaboraria com o evento, além de indicar um professor para fazer o

estudo acústico, a reitora disse que pediu uma reunião com o prefeito da capital, Fuad Noman. Sandra Goulart afirma que foi recebida em 4 de março e reiterou todas as questões. “Reclamei das inverdades que estavam sendo ditas, a UFMG não foi oficializada sobre o evento.”

Além disso, teria enviado dois ofícios para a PBH solicitando informações sobre a data do evento, do bloqueio da área para realização da corrida e o cronograma de execução de obras. “Até hoje, eu jamais recebi nenhuma resposta a respeito disso, por parte da prefeitura.”

O evento está marcado para 15 a 18 de agosto, mas o entorno do Mineirão deverá ser fechado dez dias antes e permanecerá assim até cinco dias depois da corrida.

A UFMG decidiu fazer uma representação ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e ao Ministério Público Federal (MPF), pedindo a intervenção do evento devido aos impactos para a instituição. A reitora disse que já foi feita uma reunião conjunta com os órgãos. “Estamos, no momento, com o MPF, construindo uma ação judicial diante dos impactos que teremos.”

Ela explica que a instituição é obrigada, por lei, a ter um comitê de ética no tratamento de animais para pesquisa. “Fomos oficializados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia sobre as nossas responsabilidades. Nesse documento, eles pedem que acionemos os organizadores ou façamos uma representação, por meio do MP ou da justiça, já que esta é

Universidade recorre ao Ministério Público para elaboração de um processo legal que leve a uma intervenção no evento devido aos impactos na instituição

uma região de preservação ambiental. E, do ponto de vista da ética ambiental, esse evento é incompatível.”

IMPACTOS

A reitora afirma que tem dificuldade em dizer qual o maior impacto causado pela corrida, mas elenca os mais importantes. “A questão do acesso, já que teremos quatro das nossas entradas bloqueadas durante os 19 dias. A preocupação também com a Escola de Veterinária, com a entrada principal dando direto para o Mineirão. Lá também é a única entrada que temos para o Hospital Veterinário, que é uma área hospitalar, como o próprio nome diz.”

Ela explica que para que o local funcione deve atender a alguns critérios. “Acesso fácil, condições de silêncio, de infraestrutura para os animais. Pela legislação, os seres vivos devem ser tratados com os mesmos critérios éticos que os seres humanos”, observa. “Temos uma área de aquicultura que será afetada, toda a pesquisa que é feita com animais também. Temos biotérios, espaços de criação de animais para pesquisa, criados em condições específicas para experimentos. Eles têm uma sensibilidade auditiva muito grande.” Sandra Goulart explica que o barulho causado pela corrida pode, por exemplo, colocar em risco experimentos relativos a pesquisas feitas há 20 anos. “A pesquisa da vacina da COVID foi feita nesses espaços e temos outras em andamento.” ■

PROTESTO CONTRA REGULAMENTAÇÃO

Motoristas de aplicativo fizeram nova manifestação ontem, no Centro de Belo Horizonte, contra o projeto de lei (PL) que regulamenta a profissão da categoria. Embora o texto ainda não regulamente a atividade dos motoboys, eles também marcaram presença no ato. O protesto ocupou duas faixas da Avenida Afonso Pena (foto), provocando congestionamento no trânsito. Em seguida, as duas categorias foram em direção à Praça da Assembleia. Em 4 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou um acordo com as empresas de transporte por aplicativo, como Uber e 99, e enviou um PL para o Congresso Nacional propondo uma série de novas regras e direitos para os motoristas. Entre as principais regulamentações estão a limitação de carga horária diária para no máximo 12 horas, a definição dos profissionais como autônomos, a declaração de salário mínimo e benefícios.



EDÉSIO FERREIRA/EM/D.A. PRESS